

**Não há acordo. Nem com a conciliação do TRT.**

A greve dos cortadores de cana deve continuar. A proposta de conciliação do presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Pedro Benjamim, apresentada ontem, não foi aceita por representantes de patrões e trabalhadores. O julgamento do dissídio coletivo deve acontecer no início da próxima semana. O representante do Ministério Público — como é de praxe — adiantou seu parecer pela ilegalidade do movimento. Só que esta probabilidade não assusta as lideranças grevistas, que afirmam também ser ilegal o fato de o bóia-fria passar fome.

Diante do impasse a que chegaram as negociações, que já duram 51 dias, o presidente do Tribunal apresentou uma proposta que eleva a diária mínima para Cr\$ 19.000 para os trabalhadores das usinas e para Cr\$ 17.200 para os demais. Enquanto a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) ofereceu Cr\$ 18.000 para as usinas e Cr\$ 16.825 para as pequenas e médias empresas, os trabalhadores reivindicam diárias entre Cr\$ 35.000 e Cr\$ 37.000, dependendo do tamanho das empresas.

A proposta de conciliação também determinava o pagamento de Cr\$ 5.341 por tonelada para a cana de 18 meses e Cr\$ 5.091 para os demais tipos, avançando no que estava sendo proposto pela Faesp, que fixava o valor de Cr\$ 5.200 por tonelada para a cana de 18 meses e Cr\$ 4.760 para os outros tipos. Os representantes dos trabalhadores insistem no pagamento por metro linear, argumentando que o sistema de conversão proposto pela Faesp não funciona na prática.

Foi justamente esse sistema de conversão o adotado pelo presidente do TRT, para tentar superar o impasse, mas com uma diferença. O trabalhador designado para fiscalizar a pesagem receberia pelas horas despendidas neste trabalho, de acordo com a diária mínima. Os patrões aceitavam a fiscalização desde que não houvesse nenhum tipo de pagamento. O juiz Pedro Benjamim sugeriu ainda uma antecipação de 50% do INPC a partir de agosto para os trabalhadores das usinas; a eliminação da figura do agenciador de mão-de-obra e a diminuição do uso de colhedadeiras e herbicidas nos canaviais, contribuindo para o aumento do nível de emprego no período da entressafra.

Apesar de reconhecer que houve avanço na proposta de conciliação, os representantes dos bóias-frias alegaram que a principal reivindicação — a mudança do sistema de tonelageamento para metro linear — não foi atendida. Para Vitor Jorge Faria, diretor da Fetaesp, as diárias oferecidas no TRT são aceitáveis e não existem diferenças muito grandes entre os preços defendidos pela Fetaesp, quando convertidos de metros para toneladas, e os que estão sendo propostos. Segundo ele, a média ponderada entre os preços defendidos pela Fetaesp para os diferentes tipos de cana ficaria por Cr\$ 5.350 a tonelada.

O representante da Faesp, o advogado Márcio Maturano, também não aceitou a proposta de conciliação, alegando que a diária de Cr\$ 18.000 para os trabalhadores das usinas já representa um reajuste de 100% do INPC, mais 7%.

**Laranja**

A reunião entre a Fetaesp e a Associação Brasileira dos Produtores de Sucos Cítricos (Abrassucos), realizada ontem na Delegacia Regional do Trabalho, também não levou a nenhum resultado para acabar com a greve entre os colhedores de laranja. Os trabalhadores reivindicam uma diária de Cr\$ 50.000, o pagamento entre Cr\$ 1.500 e Cr\$ 3.000 por caixa colhida, dependendo do tipo de pomar, trimestralidade e contrato anual.

Segundo em representantes dos trabalhadores, a Abrassucos ofereceu apenas um reajuste de 100% do INPC para a caixa colhida, que passaria de Cr\$ 246 para Cr\$ 465.

***(Página 11)***